



GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A – GOIÁSTELECOM

Demonstrações Financeiras Referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Goiânia, 26 de abril de 2021.

At.: Diretoria Administrativa

GOIAS TELECOMUNICACOES S.A – GOIÁSTELECOM

Goiânia – (GO).

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes 2020

Prezados Senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., nosso relatório sobre a revisão efetuada nas Demonstrações Contábeis, bem como as Notas Explicativas, referente ao encerramento do balanço de 31/12/2020, da GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Atenciosamente,



Mapah Auditores Independentes II S/S
CNPJ: 29.952.938/0001-93
Registro: CVM N° 13030.
CRC-GO: 2968/O



Manoel Estevam de Farias Filho
Contador - CRC-GO: N° 14.095/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas
GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A – GOIÁSTELECOM
Goianira, GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A – GOIÁSTELECOM, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A – GOIÁSTELECOM em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 3.5 Lucros ou prejuízos acumulados no montante de R\$ 8.631.416,66. Conforme apresentado na nota explicativa houve um ajuste na conta de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.516.253,63, decorrente de uma provisão de honorários da diretoria, no qual o prazo foi prescrito. Foi realizado um processo de circularização com o departamento jurídico da empresa, onde foi informado que os valores não representam mais risco para a companhia, deste modo, foram baixados.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, conforme apresentado nestas demonstrações, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Em função à aderência as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta passivo a descoberto. Os planos da Administração em relação a esse assunto estão descritos na nota explicativa nº 1, contexto operacional.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado em 04 de maio de 2020 sem ressalvas e com parágrafo de ênfase relacionado a passivo descoberto existente devido ao acúmulo de prejuízos.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Mapah Auditores Independentes II S/S
CNPJ: 29.952.938/0001-93
Registro: CVM N° 13030.
CRC-GO: 2968/O



Manoel Estevam de Farias Filho
Contador - CRC-GO: N° 14.095/O



GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A – GOIÁSTELECOM

Demonstrações Financeiras Referente aos Exercícios de 2020 e
2019 acompanhadas das Notas Explicativas

GOIÁSTELECOM

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		547.600	539.085
Caixa e Bancos	4	545.849	512.894
Tributos a Recuperar	5	1.111	1.111
Adiantamento	6	640	25.080
NÃO CIRCULANTE		312.808	338.812
Imobilizado	7	312.808	338.812
TOTAL DO ATIVO		860.408	877.897

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GOIÁSTELECOM

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		442.254	35.328
Adiantamento de Clientes		20.000	20.000
Obrigações sociais e trabalhistas	8	144.383	15.328
Obrigações tributárias e fiscais	9	69.734	-
Outras contas a pagar	10	208.137	-
NÃO CIRCULANTE		49.621	2.565.874
Empréstimos e Financeiros	11	49.621	49.621
Contingências passivas	12	-	2.516.254
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		368.533	(1.723.305)
Capital Social	13/13.1	9.000.000	9.000.000
Capital Social à Integralizar		(50)	(50)
Prejuízos acumulados		(8.631.417)	(10.723.255)
TOTAL DO PASSIVO + PL		860.408	877.897

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GOIÁSTELECOM

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

Demonstração do Resultado do exercício	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida		8.156	-
(-) Custos dos Terrenos e Serviços Vendidos		-	-
RESULTADO BRUTO		8.156	-
(-) Despesas Gerais e Administrativas	14	(1.834.190)	(1.096.724)
(-) Despesas Tributárias		(23.517)	-
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	15	1.466.950	(2.422)
RESULTADO ANTES DAS RECEITA E DESPESA FINANCEIRAS		(382.601)	(1.099.146)
(+/-) Receitas e Despesas Financeiras	16	(41.142)	(48.246)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ LUCRO		(423.743)	(1.147.392)
(-) IRPJ/CSLL		(672)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(424.415)	(1.147.392)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GOIÁSTELECOM

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL			LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.649.950	1.350.050	(1.350.050)	(9.575.863)	(1.925.913)
Integralização de capital	1.350.000	(1.350.000)	1.350.000	-	1.350.000
Resultado do exercício de 2019	-	-	-	(1.147.392)	(1.147.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.999.950	50	(50)	-10.723.255	(1.723.305)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	2.516.254	2.516.254
Resultado do exercício de 2020	-	-	-	(424.415)	(424.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.999.950	50	(50)	(8.631.417)	368.533

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GOIÁSTELECOM

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	2020	2019
Atividades Operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(424.415)	(1.147.392)
Ajustes ao Lucro líquido		
Depreciação e Amortização	27.469	27.348
Variações nos ativos e passivos:		
Outros Créditos	24.440	(20.418)
Adiantamentos de clientes	-	20.000
Obrigações sociais e trabalhistas	129.054	15.328
Obrigações Tributárias	69.734	-
Provisão para contingência	2.516.254	-
Outras contas a pagar	208.137	-
Caixa Líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	2.550.673	(1.105.134)
Atividades de Investimentos:		
Aquisição de imobilizado/intangível	(1.465)	-
Caixa Líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.549.208)	(1.105.134)
Atividades de Financiamentos:		
Integralização de Capital	-	1.350.000
Ajuste de exercícios anteriores	(2.516.254)	-
Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento	32.954	244.866
Total de redução em Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício	32.954	244.866
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	512.894	268.028
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	545.848	512.894
	32.954	244.866

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

II - NOTAS EXPLICATIVAS

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIÁS TELECOM, é uma sociedade de economia mista estadual subsidiária, de capital autorizado (“Sociedade”), regida pelo presente Estatuto Social, especialmente, pela Lei de criação n°. 16.237 de 18.04.2008, pelas Leis n°. 13.303 de 30.06.2016 e n°. 6.404 de 15.12.1976, pela legislação específica dos serviços de telecomunicações e demais legislações aplicáveis.

A GOIÁSTELECOM tem por objeto social a atuação em serviços especializados e soluções de telecomunicações, telecontrole, transmissão de dados, automação, telesupervisão, televigilância, telemetria e outros serviços digitais, fabricação e comercialização de equipamentos e dispositivos eletrônicos, gestão do compartilhamento da infraestrutura, fornecimento de soluções de negócios na matriz de produtos e serviços, atuação na área de soluções em tecnologia da informação, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, realização de atividades e parcerias voltadas para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e soluções de negócios, participação em outros empreendimentos, por meio de recursos captados no mercado, podendo associar-se majoritária ou minoritariamente a outras sociedades empresárias, inclusive em regime de joint-venture, mediante prévia autorização da Assembleia Geral, desde que comprovada antecipadamente a viabilidade técnica e econômico-financeira, telecomunicações por satélite, provedores de acesso às redes de comunicações, provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP, outras atividades de telecomunicações e prestar os serviços descritos nos incisos anteriores, aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Goiás e seus municípios, atendendo suas demandas.

1.1. Informações gerais sobre a companhia

A GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIÁS TELECOM, transferiu o controle acionário para o Governo do Estado de Goiás, conforme 15ª AGE devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG em 28 de Setembro de 2010. Em 14/09/2012 uma nova diretoria sucedeu a anterior com o propósito de colocar a Companhia em operação. Em 28/04/2017 a 16ª AGE da Companhia atendendo determinação do acionista majoritário “Estado de Goiás”, elegeu nova diretoria sendo que esta diretoria continuou exercendo seus cargos sem a remuneração a que tem direito, continuando o conselho de Administração e Fiscal da mesma maneira. Esta mesma AGE tratou também da reforma do Estatuto Social em função da alteração da razão social que passou a ser “GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – Goiás Telecom” e o endereço passou a ser na “Via Secundária 07 com Via Primária 01, SN, Quadra 01, lote 01, Distrito Agroindustrial de Goianira, Município de Goianira – GO, CEP: 75.370-000”. No dia 22 de fevereiro de 2018 aconteceu a 13ª Reunião do Conselho de Administração, onde foi eleito o novo presidente da companhia, tendo sido aprovado por todos, continuando os diretores sem remuneração e permanecendo o mesmo conselho fiscal. Na 18ª AGE realizada no dia 19 de março de 2018 foi deliberado que a diretoria receberia remuneração na quantia de R\$ 20.041,25, a partir de 01 de abril de 2018, limitado tão somente ao Diretor- Presidente.

Nesta mesma AGE ficou estabelecido que o Conselho de Administração receberia remuneração quando houvesse viabilidade econômico-financeira. Na 19ª AGO e AGE simultânea realizada no dia 24 de abril de 2018, foi aprovado as demonstrações financeiras do exercício de 2017, bem como a apreciação da avaliação dos equipamentos transferidos pela SED. Levando em consideração que até aquela data ainda faltava R\$ 50,00 para compor o capital subscrito pelo Estado de Goiás no valor de R\$ 5.000.000,00, ficou estabelecido nesta mesma AGO/AGE que a data limite para integralizar o restante seria até o dia 31/12/2018. Cumpre esclarecer, todavia, que essa incorporação desses equipamentos ao Ativo Imobilizado não foi efetuada na contabilidade, por falta de emissão de documento fiscal. Nesta mesma Assembleia ficou autorizado a aquisição da totalidade das ações do acionista Romelyn S.A. CNPJ 05.488.975/0001-24, transferido para a Goiás Telecomunicações S/A. Na 20ª AGE realizada no dia 17 de maio de 2018, foi aprovado a reforma do Estatuto Social da Companhia, bem como definido os cargos com suas remunerações. Continuando os trabalhos pela 14ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de agosto de 2018, ficou definido a subscrição para aumento do capital social pelo Governo do Estado de Goiás que detém o controle acionário da Cia, no valor de R\$ 4.000.000,00, passando o capital social representado pelo mesmo número de ações no total de 9.000.000 de ações. Na 21ª AGO/AGE simultânea realizada no dia 24 de setembro de 2018, foi eleito os membros do Conselho Fiscal com mandato de 01.10.2018 a 30.09.2020, ou até realização da próxima AGO, bem como a remuneração dos mesmos. Nesta mesma AGO/AGE foi prorrogado a licença sem remuneração do presidente do Conselho de Administração, bem como a confirmação do acúmulo de cargos pelo presidente em exercício. Nesta mesma Assembleia foi nomeado a empresa FAST Consultoria e Serviços Ltda para realizar a avaliação e apresentação do laudo fundamentado dos bens cedidos pela SED. Em 09 de novembro de 2018 por meio da 13ª AGO/AGE simultânea foi recebido a renúncia do presidente afastado bem como a eleição dos novos membros do Conselho de Administração com mandato de 12.11.2018 a 11.11.2020 ou até a realização da próxima AGO. Em 31 de dezembro de 2019 por meio da 14ª AGO/AGE simultânea foi houve a eleição da nova diretoria, com a fixação de sua remuneração, com mandato de 03/01/2019 à 02 de janeiro de 2021, bem como a eleição do Conselho Fiscal, e sua remuneração.

A Companhia Goiás Telecomunicações S/A – Goiás Telecom, tem como objetivo principal otimizar utilização da infraestrutura de ativos, por intermédio das seguintes atividades: Atuação em serviços especializados e soluções de telecomunicações, telecontrole, transmissão de dados, automação, telesupervisão, televigilância, telemetria e outros serviços digitais e outras tecnologias complementares; Fabricação e comercialização de equipamentos e dispositivos eletrônicos, Gestão e compartilhamento da infraestrutura; Gestão de serviço de recebimento de terceiros na fatura de energia elétrica; Atuação na área de soluções em tecnologia da informação; Realização de atividades e parcerias voltadas para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e soluções de negócios; Participação em outros empreendimentos, por meio de recursos captados no mercado, podendo associar-se majoritariamente ou minoritariamente a outras sociedades empresárias, inclusive em regime de joint-venture, mediante prévia autorização da Assembleia Geral, desde que comprovada antecipadamente a viabilidade técnica e econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia começou a prestar serviços de venda de link de internet, e a diretoria executiva bem como o conselho de administração estão mantendo tratativas com o atual controlador “Estado de Goiás” que iniciou neste exercício a disponibilizar internet para o Estado de Goiás.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIÁS TELECOM, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além disso, as demonstrações contábeis individuais foram preparadas em observância à Lei das Sociedades por Ações (“Lei das SAs”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras foram preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis se faz necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua.

Não se faz necessário o uso de estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações.

2.5 Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2020, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião realizada em 15 de Abril de 2021.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Os administradores também acompanham cuidadosamente todas as deliberações das autoridades de saúde do Estado e dos municípios em que a empresa atua, adotando as medidas preventivas de sanitização de ambientes e de veículos, monitoramento de entrada e circulação de pessoas em suas dependências, proteção dos

trabalhadores e adoção de teletrabalho para todas as atividades possíveis, de modo a minimizar os impactos da pandemia de Covid-19 em suas atividades. Considerando que o novo cenário mundial reforçou o uso de soluções tecnológicas por todas as organizações, o ramo de atividade da Companhia não sofreu efeitos negativos até o momento, motivo que reforça a percepção que não há impactos negativos da pandemia a serem considerados na continuidade dos negócios ou nas estimativas contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva do mês referente ao lançamento.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

As contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” incluem a conta caixa, contas bancárias e contas de investimentos de curto prazo com liquidez imediata com vencimento original de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas de fato, pelo acréscimo de juros auferidos no mês.

d) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são apresentados pelo valor da realização, conforme detalhados nas demonstrações contábeis apresentadas.

e) Imobilizado

A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação, subseqüentemente deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº 07.

f) Provisões

(f.i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

(f.ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as

decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido.

Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

h) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço da Companhia quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Tributação

(i.i) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%.

(i.ii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

j) Impactos do COVID – 19

Em razão da pandemia do COVID-19 e dos impactos econômico-financeiros advindos entre eles da redução do número de pessoas em circulação, a Empresa, certa da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, vem seguindo todas as recomendações para prevenção da propagação do Coronavírus, onde a partir de 01 de março de 2020 manteve fechada com o atendimento presencial ao grande público suspenso, além dos colaboradores estarem trabalhando normalmente via home office.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera como disponibilidades “saldo em caixa”, depósitos em banco e aplicações financeiras de liquidez imediatas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	3	2
Caixa Econômica Federal	545.846	512.892
TOTAL	<u>545.849</u>	<u>512.894</u>

O valor disponível na Caixa Econômica Federal de R\$ 545.846 (quinhentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e seis reais), refere-se a sobra de valor aportado pelo acionista controlador Estado de Goiás referente a subvenção Governamental. Em dezembro de 2020, foi apresentado ao acionista Controlador planilhas de despesas as quais deveriam serem quitadas. Portanto, várias despesas não foram realizadas dentro do exercício, ficando para serem realizadas no exercício de 2021.

Por se tratar de movimentações automáticas de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justos.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF a recuperar	1.111	1.111
TOTAL	<u>1.111</u>	<u>1.111</u>

6. ADIANTAMENTOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento a Funcionário	640	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	25.080
TOTAL	<u>640</u>	<u>25.080</u>

7. IMOBILIZADO

Descrição	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Total do Ativo Imobilizado
Custo:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	394.529	394.529
Adições 2019	-	-	-
Baixas 2019	-	-	-
Transferências 2019	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	394.529	394.529
Adições 2020	1.465	-	1.465
Baixas 2020	-	-	-
Transferências 2020	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.465	394.529	395.994
Depreciação:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(28.369)	(28.369)
Adições 2019	-	(27.348)	(27.348)
Baixas 2019	-	-	-
Transferências 2019	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(55.717)	(55.717)
Adições 2020	(121)	(27.348)	(27.469)
Baixas 2020	-	-	-
Transferências 2020	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(121)	(83.065)	(83.186)
Imobilizado Líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.344	311.464	312.808
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	338.812	338.812
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	366.160	366.160
Taxas de Depreciação Anual			
2020	10%	20%	
2019	0%	20%	
2018	0%	20%	

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS a Recolher	108.679	-
Provisão de Ferias	26.291	-
Provisão de INSS S/ Ferias	7.309	-
Provisão de FGTS S/ Ferias	2.104	-

Salários a Pagar	-	3.870
Férias a Pagar	-	1.065
Rescisões a Pagar	-	6.255
Autônômos a Pagar	-	4.139

TOTAL	144.383	15.328
--------------	----------------	---------------

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF S/ Folha Pagamento	68.596	-
IRPJ a Pagar	420	-
ISSQN a Recolher	278	-
CSLL a Pagar	252	-
Cofins a Recolher	155	-
PIS a Recolher	33	-
TOTAL	69.734	-

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras Contas a Pagar	180.000	-
Alugueis a Pagar	14.357	-
Publicações a Pagar	13.446	-
IPTU a Pagar	334	-
TOTAL	208.137	-

O valor de 180.000 (cento e oitenta mil reais), refere-se ao contrato de prestação de serviços de telecomunicações, incluindo reparos quando houver rompimentos de fibra óptica; derivação e fusão em cabos ópticos; Implantação de caixa de entrada – C10; lançamento de fio; teste de certificação (OTDR), celebrado com RD TELECOM LTDA, CNPJ/MF sob o nº 07.426.902/0001-33.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Outras contas a pagar no valor de R\$ 49.621 (quarenta e nove mil seiscentos e vinte e um reais), refere-se a pagamento de despesas no ato da constituição da Cia, os quais foram levados a conta de passivo a longo prazo.

Portanto, a referida obrigação já encontra em prazo decadencial. Assim, ficará a cargo da diretoria verificar sobre a possibilidade de utilização da decadência extinção da referida obrigação.

12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações trabalhistas e societárias	-	2.516.254
TOTAL	<u>-</u>	<u>2.516.254</u>

A variação corresponde a honorários da diretoria a pagar, são diferenças salariais registradas indevidamente aos ex-diretores técnico/comercial/administrativo/financeiro, no período de Agosto de 2008 a Dezembro de 2010.

De acordo com assessoria jurídica, a Cia não é parte em quaisquer processos judiciais, seja no polo ativo ou passivo. Onde foram mitigados todos os riscos em relação a uma possível ação judicial referente ao valor provisionado. Vale ainda ressaltar que face a prescrição dos prazos previstos, conforme estabelecidos na Lei 5.452/43, e o não ingresso até a presente data, de qualquer reclamação judicial, como verificado nas certidões emitidas em todas as esferas. Sendo assim, julgamos oportuno a correção desse provisionamento no presente exercício.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e resultado de exercício futuros representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. De acordo com a Lei 6.404/76, o Patrimônio Líquido é dividido em:

13.1 Capital Social

O valor do capital social subscrito pelo controlador “Estado de Goiás” e no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Desse valor foi integralizado o montante de R\$ 8.999.950,00 (oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta reais), faltando a integralizar o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

13.2 Lucros ou prejuízos acumulados

São resultados obtidos, mas retidos sem finalidade específica (quando lucros), ou à espera de absorção futura (quando prejuízos). Assim a Companhia possui prejuízos acumulados no valor de R\$ 8.631.416,66 (oito milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), onde teve um ajuste no valor de R\$ 2.516.253,63 (dois milhões, quinhentos e dezesseis reais e duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), receitas líquidas de venda de serviços no valor de R\$ 8.156,33 (oito mil, cento e

cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), e receita não operacional de subvenção do Estado de Goiás no valor de R\$ 1.466.949,52 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Neste sentido, as informações quanto ao Patrimônio Líquido existente no balanço patrimonial no valor de R\$ 368.533,34 (trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Folha de Pagamento	1.009.552	768.053
Encargos Folha de Pagamento	282.007	187.368
Água/Energia Elétrica/Telefone/Internet	15.491	209
Serviços de Contabilidade/Auditoria	62.460	15.500
Aluguel e Condomínios	94.346	-
Depreciações	27.468	27.348
Serviços de Terceiros	296.456	91.157
Publicações	20.084	-
Bens de Pequeno Valor	11.912	-
Despesas Gerais	14.414	7.089
TOTAL	<u>(1.834.190)</u>	<u>(1.096.724)</u>

Despesas com Pessoal são valores referente a folha de pagamento, juntamente com os encargos sociais devidos.

Despesas operacionais gerais refere-se à despesas gerais utilizadas das quais destacamos: Água, serviços de contabilidade, serviços de auditoria, despesas com combustíveis e lubrificantes, despesas com viagens, depreciações e amortizações, serviços de terceiros, reparos e manutenções, taxas, despesas com análise processuais, despesas com publicações, comunicação visual.

15. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Subvenção Governamental	1.466.950	-
Outras receitas e despesas não dedutíveis	-	(2.422)
TOTAL	<u>1.466.950</u>	<u>(2.422)</u>

O valor aportado no exercício pelo acionista controlador Governo do Estado de Goiás no valor de R\$ 1.466.950 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis reais e novecentos e cinquenta reais), refere-se a aporte referente a subvenção governamental, concedida a Cia em troca de prestação de serviços de disponibilização de links para outros Órgãos da administração.

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas Bancárias	(1.096)	(268)
Juros e Multas	(40.096)	(47.978)
TOTAL	<u>(41.142)</u>	<u>(48.246)</u>

Despesas financeiras refere-se a despesas oriundas de juros/multas/despesas bancárias e variações monetárias.

17. REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRETORIA

Os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária, dentro dos limites do Estatuto Social e conseqüentemente legislação pertinente.

18. EVENTO SUBSEQUENTES

A rubrica de Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 49.621,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais), contabilizadas no contas a pagar, encontra-se em prazo decadencial, podendo a critério dos administradores utilizar da decadência para possível reversão dessa obrigação, o que impactará diretamente no resultado patrimonial.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

A companhia está em contato permanente com a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão regulador de suas atividades principais, como vistas a manter em ordem e regulada suas atividades para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado.



Goianira – GO, 31 de dezembro de 2020.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
Presidente

LG CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S CRC/GO 001185
Geraldo dos Reis T. Soares CRC/GO 010.293